

Sobre a legitimidade da Psicanálise

Ou: o ponto em que se tocam a Psicanálise e a Ciência da História

Walter Andrade Parreira

Podemos pensar a Psicanálise como um processo em que o cliente vive uma mudança no “lugar” de onde vê o mundo, uma mudança na posição a partir da qual ele cria e conduz suas relações com o mundo. De uma visão estática e rígida de seus valores, problemas e dificuldades, ele passa, ao longo de sua análise, gradativamente, a uma visão de processo, dinâmica e histórica dos mesmos. Ele vem a compreender que sua depressão, sua impotência, sua loucura não são uma “coisa”, não são uma “coisa em si”, mas foram construídas em suas relações e vínculos mais significativas e que pode, portanto, vir a ser transformada, superada. Ele deixa uma maneira reificante e fetichizada de ver seus problemas (uma “coisa” que existe em si e por si¹) e passa a uma visão histórica dos mesmos – como se houvesse uma mudança em sua posição epistemológica e axiológica.

Mas a visão histórica da constituição do sujeito, da sua identidade, desenvolvida pela Psicanálise, e que possibilita essa mudança pra o cliente é, ainda que fundamental, uma visão centrada no indivíduo. E essa ótica ou perspectiva se constitui numa séria e, para alguns, insustentável e irremediável limitação da mesma. É sobre essa questão da legitimidade da Psicanálise – como construção teórica e forma de atuação ao nível do indivíduo – que desejamos fazer uma ligeira reflexão.

Entendemos, com a tradição dialética, que “o concreto é a síntese de múltiplas determinações”², e se pretendemos abarcar o homem como um concreto, histórico, devemos vislumbrar a sua determinação individual – a sua herança genética, o seu desenvolvimento psicológico, o relacionamento com as pessoas significativas em sua vida, etc. – e, também, a sua determinação social, ou seja, a sociedade concreta e o momento histórico em que nasce. O homem é um ser individual e social. O indivíduo e a sociedade são duas instâncias inter-relacionadas, polos numa relação dialética. Para compreendê-los, necessitamos de uma visão histórica e dialética tanto no âmbito dos processos e vivências pessoais – como a que começa a se construir com Freud – como no âmbito dos processos sociais, com a que nos oferece Marx. E de estabelecer um indispensável – e já muitas vezes tentado – diálogo entre os dois.

¹ CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

² MARX, Karl. *Introdução à crítica da economia política*. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1974.

De um lado, o homem tem a sua história privada, particular, vivida “intra-muros”, no seio da família, a sua história como ser individual. A Psicanálise ilumina essa fonte fundamental da sua determinação, o seu processo de constituição e socialização, o seu desenvolvimento psicológico.

Mas a família – assim como a escola, a igreja, os meios de comunicação de massa e outras instituições – sofrem uma sobre-determinação: elas compõem a sociedade civil³, os aparelhos ideológicos⁴, que cumprem, por sua vez, uma função de manutenção (e/ou de transformação) de uma dada estrutura social, de um determinado modo de produção⁵. Elas têm uma inserção histórica e um papel sócio-ideológico-político a desempenhar. E esse papel, essa função, atravessa, está presente, interpenetra o processo de constituição e socialização do sujeito. Essa outra fonte, também fundamental de determinação do homem, que transcende, que está além, que é “extra-muros” em relação à intimidade e privacidade das etapas e vivências do seu processo intra-familiar de constituição, tem a a faculdade, todavia, de penetrá-lo e o faz, o invade, o perpassa. Como um fantasma capaz de atravessar muros e paredes, ela é uma presença que não se nota, que não se percebe, que não se dá a revelar, mas que participa da vida das pessoas, do seu modo de conhecer, sentir e agir, da construção da sua visão de mundo; ela guia seus passos, orienta suas decisões, contra suas ações.

A Psicanálise precisa, portanto, a nosso ver, para legitimar-se, de abarcar, de incluir essa presença, essa outra fonte de determinação do sujeito, ao refletir, estudar e trabalhar o processo de constituição e socialização do mesmo. Precisa trazer à luz o dito fantasma, desvelando-o e dando-lhe a forma que lhe é própria: a do homem concreto, fruto de uma determinada sociedade, datada, situada – o homem histórico. Freud iluminou a história do ser individual, Marx iluminou a história do ser social – os dois são indissociáveis e nós temos aqui, então, o ponto em que se tocam, ou no ponto em que podem se tocar, a Psicanálise e a Ciência da História. Isso significa remeter a Psicanálise a considerar, em sua teoria e em sua prática, a dimensão ideológica e político-social que, como estamos dizendo, inquestionavelmente, faz parte e integra o homem que ela pretende conhecer e tratar.

³ GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁴ ALTHUSSER, Louis. *Posições II*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

⁵ HARNECKER, Marta. *Os conceitos elementais do materialismo histórico*. São Paulo: Global, 1983.

Mas há que se considerar, ainda, que a Psicanálise, como instituição da sociedade civil – que pode participar da determinação do indivíduo –, e como conhecimento gerado por uma sociedade concreta, tem, também, seu comprometimento ideológico. Ela precisa, pois, a nosso ver, incluir-se ou ser incluída nessa mesma visão ou perspectiva crítica. Entendê-la como socialmente produzida, considerar a sua inserção histórica, é outra condição essencial para que possamos reivindicar a sua legitimidade. Isso significa, também, oferecer-lhe contornos, limites e um futuro de transformações: se o homem é um ser social, transformando-se a sociedade também ele muda e, da mesma forma, a Psicanálise. Ela, como de resto a própria Psicologia e o próprio homem carecem de sentido se des-historicizados, se retirados do seu contexto social e histórico.

E essa colocação nos remete ao último e, talvez, mais importante ponto a considerarmos nessa discussão: a pessoa do analista. Nele desaguam e dele dependem todos os outros pontos aqui comentados como essenciais à legitimidade da Psicanálise. Assim como é necessário que as teorias com as quais trabalha passem pela crítica quanto ao seu comprometimento ideológico, no mesmo sentido deve também ele interrogar-se, questionar-se – aos seus valores, à sua concepção de sociedade, à sua visão de mundo –, deve ele incluir-se na mesma reflexão (a simples adoção de uma ou outra técnica psicológica já denota uma opção ideológica, assim como a prática que elege, o perfil da clientela que atende, etc.). E desde que o trabalho do analista é marcado, atravessado pela sua própria história individual e pela sua determinação social, pelo seu enfrentamento com a sociedade, uma vez que ele é o seu próprio instrumento de trabalho, é necessário que ele tenha conseguido produzir uma síntese, um resultado satisfatório nesse enfrentamento – e essa é, a nosso ver, outra condição necessária à legitimidade da sua prática.

E aqui a grande contradição que desafia a sua elaboração e clareza teórica e o seu fazer, a sua prática: de um lado a Psicanálise não pode desconhecer ou desconsiderar a determinação social do homem – está claro, é óbvio, evidente que o conhecimento de si que, a par da superação ou mitigação do seu sofrimento, busca o cliente, passa, também, pelo conhecimento dessa determinação, inextricavelmente entrelaçada com a sua história individual. Mas, de outro lado, sabemos que não cabe à Psicanálise prover esse conhecimento sobre o social, desde que ela se constitui como um espaço para o trabalho de análise e não para pedagogia ou para conscientização política. Expressemos de outra forma tal contradição: o espaço analítico não é um espaço para política, mas sabemos que toda ação

humana é política e que não há, portanto, como o trabalho do analista não ser político. A resposta a essa contradição deve ser buscada no tipo de prática que ele é capaz de implementar, ou seja, na instrumentalização das suas interpretações.

E aqui, então, uma questão emerge, pede para ser formulada, constituindo-se também como nossa reflexão final: como pode se integrar na prática do analista uma postura, uma perspectiva político-social transformadora, libertadora – uma *práxis* –, e quais são as suas consequências, seus efeitos junto ao cliente (lembrando que se uma tal perspectiva não acontece, uma outra – desde que não há um vazio de interpretação, de ação por parte do analista –, conservadora, transformadora ou qualquer que seja sua tintura ideológica ocupa o seu lugar.)

Em outras palavras, que diferença efetivamente representa, para um cliente, tratar-se com um analista capaz dessa *práxis* ou com um que não o seja? Ou estamos enganados e o trabalho analítico é politicamente neutro?

In: *Jornal do Psicólogo*

(publicação do Conselho Regional de Psicologia-4ª Região: Minas Gerais/Espírito Santo, CRP/04)

Ano 10, pág.4, no. 47 – setembro/outubro 1994 – Belo Horizonte, MG.